

Teologias e culturas urbanas num contexto plural

Questão crucial para a relação entre teologia e cidade é perguntar-se se existe, hoje, culturas urbanas. Poder-se-ia argumentar que sim, pois na cidade existe um modo urbano de viver e, conseqüentemente, há sujeitos urbanos e cultura urbana. Entretanto, o fato de quase 90% da população, sobretudo no Ocidente, viver na cidade revela que a resposta não é assim tão óbvia. A urbanização maciça da humanidade é fruto da revolução industrial que, desempregando os pequenos artesãos no campo e precisando de mão de obra na cidade, provocou a emigração do rural para o urbano. Mas, ao chegar ao novo contexto, marcado por outro modo de ocupação do território, por outras condições de vida, de trabalho e de relações, logo a cultura rural que havia saído da roça, pouco a pouco, iria também sair definitivamente da cidade. E, na segunda metade do século XX, em especial pela proliferação dos meios de comunicação social, o modo de viver na cidade foi trasladado ao campo, fazendo com que a cultura rural praticamente desaparecesse não só na cidade, como também na roça. Ficaram as “modas caipiras”, nostalgia de um passado sem retorno, sendo que também estas estão dando lugar ao híbrido denominado “sertanejo universitário”, com pouco de sertanejo e nada de universitário.

Afinal, existe na cidade cultura urbana? O que caracteriza culturalmente a cidade, hoje? Não seria uma “cultura” globalizada, com ensaios de tessitura de uma consciência planetária e, ao mesmo tempo, com traços neocolonizadores, massificantes e ameaçadora da idiossincrasia e da identidade de povos e povoamentos?

Por um tempo se pensou que, culturalmente, nas cidades estaria presente a denominada “cultura moderna”, caracterizada pela emancipação da razão da tutela da religião e do Estado em relação à Igreja; a autonomia do indivíduo frente ao controle das instituições e da vizinhança; a liberdade de poder escolher e decidir para si; as modas, a música, a sociedade de consumo, o lazer, padrões de comportamento, etc. Sem dúvida, estes traços

fazem parte do rosto da cidade, hoje, mas nem tudo na urbe está alinhado aos padrões da modernidade. Basta devotar um olhar atento para a complexidade da cidade, das grandes às pequenas, para dar-se conta da presença nelas de outros fatores, como o desconcertante entrelaçamento do moderno e do pré-moderno; do moderno, do pré-moderno e do pós-moderno; do pluralismo étnico e do racismo; da tolerância e dos fundamentalismos de toda sorte; do diálogo inter-religioso e dos confessionalismos; do urbano e do suburbano; enfim, da presença invisibilizada de desenraizados culturalmente, dos excluídos e descartados por uma economia que mata, ao lado dos que ensaiam práticas inclusivas de defesa da vida, de direitos, valores, etc. Em resumo, hoje, a cidade não só não está mais caracterizada por uma cultura rural ou urbana, como também uma suposta cultura moderna está longe de conformar seu rosto. A bem da verdade, a cidade hoje é um mosaico de sujeitos, “tribos”, territórios, identidades, instituições, modos de vida, comportamentos, de múltiplas ofertas de sentido, de horizonte de novos valores, de violência e solidariedade, que brotam de dentro, mas também exógenos, que se propõem ou quase sempre se impõem de fora. A urbe, hoje, está muito mais para “Babel” do que para “Jerusalém celeste”, o horizonte utópico do idílico Éden onde começa a aventura humana. Com a crise do projeto civilizacional moderno e, em sua esteira, a crise dos metarrelatos, da racionalidade moderna, das instituições, das utopias, das ciências, das religiões tradicionais, dos sujeitos sociais, da democracia representativa, dos referenciais de valores, etc., houve uma fragmentação do tecido social e, em consequência, uma crise e fragmentação das culturas, hoje expostas a toda sorte de ofertas exógenas por parte de uma sociedade mercantilista e consumista.

Sobretudo a partir das últimas décadas, com a emergência de um mundo globalizado e a gestação de uma ainda incipiente consciência planetária, na cidade, em lugar de uma cultura urbana, vive-se num mosaico de culturas fragmentadas, expostas à hegemonia de uma globalização globalizante, que fez do planeta uma “aldeia global”. Nas urbes desta aldeia, já não existe um sujeito urbano coletivo, mas múltiplos sujeitos locais globalizados, interculturalmente conectados, mas expostos e indefesos diante

de uma globalização que, por um lado, é portadora de valores e horizonte de novas possibilidades e, por outro, é também matriz de uma “cultura” de dominação e de morte do autóctone. Na correlação do global e do local, o global cada vez mais tende a volatilizar o local, exercendo uma permanente violência sobre o endógeno, o autóctone, a diversidade, a pluralidade, as diferenças e os diferentes. Na globalização homogeneizante, impõe-se a lógica do “pensamento único”, da exclusão das diferenças e dos diferentes, sem o devido respeito ao real da realidade local. A “cultura” da globalização homogeneizante está situada na “nuvem”, é uma “cultura” virtualizada, sem território, sem sujeito coletivo, sem povo, mas onipresente e prepotente, sedutora, praticamente irresistível, em especial, à juventude.

Hoje, a relação entre o “local” e o “global” é instantânea, impedindo o distanciamento necessário que permite decantar, optar, rejeitar e impedir modos de relação anômala. Uma destas é a substituição do local pelo global, hora pela sedução, hora pela imposição, ambos os modos violentos, seja pela violência simbólica, seja pelo marketing ou o messianismo da técnica. Outra relação anômala é a justaposição do local e do global, fruto de uma interação sincrética, sem apropriação metabólica, com vantagem para o polo mais forte, que é sempre o global. Outra anomalia é a multipolaridade, uma relação superficial, sem influência e interação entre as partes, deixando-se levar pelas circunstâncias e as conveniências do momento.

Uma relação equitativa entre o local e o global é a interpolaridade, que implica abertura crítica, cooperação simétrica e aceitação de mudança e do risco. É quando o local, desde sua identidade própria e sem renunciar a si mesmo, assume elementos do global e, apoiado neles, se projeta para além de si mesmo, convergindo em uma síntese superior ao estágio anterior. O global não necessariamente é globalista e, o universal, homogeneizante. O particular, quando autêntico, possui elementos universais que, no horizonte de uma consciência planetária, permitem pensar a humanidade como uma e o planeta como casa comum.

Para isso, entre local e global, não só a relação precisa ser dialética, como seu polo de articulação deve dar-se a partir do local, sob pena do universal volatilizar o real do particular. O neologismo costumeiramente

evocado para expressar esta relação - “glocal”, “glocalização” ou “pensar globalmente e agir localmente” - é inadequado, pois, ao se partir do global, se faz do local um mero espaço de aterrissagem e aplicação de universais que, ao se sobrepor, anulam ao particular. Sempre que não se parte do real concreto, do local, se cai em generalidades, que suprimem o singular. É preciso pensar localmente e globalmente, da mesma forma que uma ação consequente com o contexto local e global, exige uma intervenção em rede, articulando, simultaneamente e dialeticamente, o local e o global, a partir do polo local.

Assim sendo, hoje, o desafio não é viver na cidade, mas interagir com o pluralismo local de culturas fragmentadas e a hegemonia do global, o que implica proteger o autóctone e o singular da violência de uma globalização domesticadora ou mesmo supressora do local. Não há como fugir desta tensão. Estamos inseridos em uma realidade local e, ao mesmo tempo, somos cidadãos do mundo, o que pode ser promessa, mas também ameaça. Promessa, enquanto enriquece; ameaça, pois diante do medo de ser anulado, gera o pânico identitário, que instintivamente leva a refugiar-se no gueto, que tampouco é garantia de futuro em um mundo cada vez mais diversificado e pluralista.

Nesse contexto, fica superada e inviabilizada uma teologia “da” cidade, pois já não existe o “urbano” e nem a realidade local da cidade tem contornos nítidos autoidentificados consigo mesma. Impõe-se o imperativo de uma teologia “desde” ou “a partir” da cidade, articuladora do local e do global de forma dialética. Uma teologia que inter-relacione o local e o global, mas como frisamos, a partir do local, de modo que este não fique absorvido nem reduzido à lógica homogeneizadora do global. O particular tende ao universal, mas não há verdadeiro universal sem o particular.

Assim, em um mundo cada vez mais diversificado e pluralista no âmbito local, em primeiro lugar, já não se sustenta e fica sem base uma teologia descontextualizada de comunidades eclesiais, neste caso, presentes no território de cidades concretas. Uma teologia transcultural, que não se articula a partir do mosaico de culturas fragmentadas da cidade de hoje fica sem base, é uma teologia universalista ou globalizante. E não se sustenta,

pois esbarra na singularidade das múltiplas matrizes culturais que dão suporte à experiência de fé de comunidades eclesiais inseridas na cidade.

Em segundo lugar, isso não quer dizer que uma teologia “desde” a cidade deva se restringir ou ficar fechada no contexto de comunidades de uma cidade concreta. Em um mundo plural, a pluralidade cultural das cidades exige uma teologia em interação com a diversidade dos contextos das mesmas, ou seja, a inter-relação entre as culturas presentes em uma cidade e nas demais, numa relação local-local, dada a diversidade e a singularidade das cidades. Por isso, além de contextual, só uma teologia pluricultural e intercultural pode assumir o valor e a especificidade de cada comunidade eclesial em seu contexto específico, uma vez que este contexto está tecido na inter-relação com os demais contextos específicos. Em outras palavras, o imperativo da pluriculturalidade e da interculturalidade de uma teologia “desde” a cidade deriva do fato de todo contexto local estar plasmado também de características de outros contextos locais, permitindo-lhe projetar-se para além de si mesmo.

Finalmente, além de contextual e pluricultural, uma teologia “desde” a cidade precisa também articular o “global” a partir do “local”, sem esquecer-se de tomar o “global” em sua ambiguidade. Por um lado, uma teologia “desde” a cidade precisa zelar para que a reflexão tecida no contexto particular de uma cidade, bem como na inter-relação dos diferentes contextos das demais cidades, transcenda a si mesma, para além da singularidade de seus territórios locais, abrindo-se para acolher a contribuição do “global” ou do todo, que é sempre mais que a soma das partes. Quando o todo é acolhido a partir das partes, ele não só não aniquila sua singularidade, como a potencia e leva-a a transcender para além de si mesma. Mas, atenção, dada, por outro lado, a ambiguidade do global, uma teologia “desde” a cidade precisa ser crítica de toda proposição homogeneizante das singularidades, porquanto é uma ameaça ao autóctone ou ao genuinamente autêntico. O que há de diferente de uma teologia contextual e intercultural ou intercontextual, que articula o global a partir do local, de uma teologia transcontextual, transcultural e globalizante, é o fato de ela priorizar a realidade à abstração, a existência à essência, enfim, a experiência viva de comunidades de fé em

seus contextos concretos, aos conceitos e generalidades, livrando a teologia de tornar-se uma ideologia.

Agenor Brighenti

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade de Louvain/Bélgica, professor de teologia na Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, membro da Equipe de Reflexão Teológica do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM). Foi perito do CELAM na Conferência de Santo Domingo e da Conferência dos Bispos do Brasil, em Aparecida. Autor de mais de uma centena de artigos em revistas nacionais e internacionais e de dezenas de livros, publicados no país e no exterior.